

Acordo permite a aprovação do direito de greve

Ela só é vedada aos patrões. A retirada dos pedidos de destaques mantém o texto do relator

GIVALDO BARBOSA



Mãos levantadas, a emenda do senador Nelson Carneiro é aprovada. E ele acena em resposta a aplausos

Presidencialistas adiam confronto

A insegurança e o medo de um mau resultado num teste de forças prematuro levaram os partidários do parlamentarismo e presidencialismo a adiarem o primeiro embate que teriam em plenário, previsto para ontem durante a votação do parágrafo 4º do capítulo da nacionalidade, que faz a primeira referência no texto constitucional ao termo "primeiro-ministro". Os simpatizantes dos dois sistemas de governo vinham se preparando para o primeiro confronto com a apresentação de destaques supressivos do termo sempre que aparecesse no texto, mas à última hora nenhuma emenda foi votada. O presidencialista Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) resolveu retirar o destaque de sua autoria e o parlamentarista Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) não estava em plenário no momento da votação.

Os destaques, a princípio, foram apresentados justamente para medir no plenário a força dos presidencialistas e parlamentaristas. Na votação do destaque supressivo do termo primeiro-ministro ficaria evidenciada a tendência sobre o sistema de governo a ser aprovado. Quando o deputado Vivaldo Barbosa decidiu recuar, Israel Pinheiro preferiu seguir em frente com uma manobra desastrosa: manteria o destaque supressivo e votaria contra sua própria proposição, podendo com este jogo aferir o número de presidencialistas que vo-

tariam favoravelmente à emenda. Mas acabou se atrasando em um almoço na casa do presidente Ulysses Guimarães e não conseguiu chegar a tempo ao plenário para defender seu destaque.

Sem alterações, permaneceu o texto do deputado Bernardo Cabral, que por enquanto é parlamentarista quando diz: "São privativos de brasileiros natos os cargos de Presidente da República, primeiro-ministro...", mas na interpretação dada pelo presidente da Mesa, Jarbas Passarinho, ao líder do governo Carlos Sant'Anna, se aprovado no capítulo específico o presidencialismo como sistema de governo, todo o texto constitucional deverá ser revisado para a eliminação da expressão "primeiro-ministro".

Depois de esgotada a matéria parlamentaristas e presidencialistas travaram uma outra batalha no plenário, informalmente. O deputado Israel Pinheiro, bastante agitado, gesticulava e respondia a todos que não era sua intenção inviabilizar a votação do destaque, e que não o fez com medo da derrota, "Eu vim correndo feito um louco, mas não cheguei a tempo. De qualquer forma, com a manutenção do primeiro-ministro, o texto já é parlamentarista e o recuo do Vivaldo Barbosa significa que está evidenciado a falta de força dos presidencialistas para derrubar o parlamentarismo".

Bem-humorado, Vivaldo Bar-



Pimenta: desafio

bosa travava uma discussão com Pimenta da Veiga, insistindo que na verdade nenhuma das partes desejava o confronto. — Vocês fugiram da raia, nós tiramos do plenário 15 parlamentaristas para ver se vocês iam morder a isca, mesmo assim ficaram com medo da primeira derrota — dizia Pimenta da Veiga.

— Se vocês não vieram brigar em plenário é porque também não estão querendo o confronto agora. Além do mais, seria uma vitória enfraquecida, vocês estavam ausentes — respondia

Vivaldo Barbosa.

A retirada de seu destaque, explicou o deputado pedetista, foi em razão de um acordo de líderes feito previamente na casa do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, antes do início da votação do projeto, quanto ficou acertado que para acelerar o encaminhamento das matérias, só seriam votadas as questões centrais sobre sistema de governo, ficando os detalhes para serem adequados posteriormente. O relator Bernardo Cabral entende também que, mesmo tendo passado no texto a expressão "primeiro-ministro", o projeto terá de ser revisado após a votação do sistema de governo, se aprovado o presidencialismo.

Confiante, o deputado Vivaldo Barbosa disse que de agora em diante recomencará a guerra dos números entre parlamentaristas e presidencialistas. Ele garantiu que a vantagem presidencialista está crescendo, pois o PFL já formou uma posição no sentido de que uma campanha por eleições presidenciais seria a única salvação para o partido que está à beira do colapso.

— Dos 24 pefelistas pelo menos 20 já aderiram ao presidencialismo. O deputado Alcei Guerra e o senador Carlos Chirreli estão em fase de reflexão, ficando de fora apenas o presidente Afonso Arinos e Sandra Cavalcanti, que são irreversíveis, revelou Vivaldo Barbosa.

Balanço: muita coisa já mudou

Ao final de dez dias de discussões e manobras, os constituintes da Comissão de Sistematização definiram os direitos dos trabalhadores na nova Constituição. As alterações começaram pelo primeiro artigo do capítulo II, assegurando aos trabalhadores rurais os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos.

A primeira grande polêmica surgiu também no início do capítulo: a estabilidade no emprego. O resultado foi a manutenção do que foi definido no substitutivo do relator Bernardo Cabral: "Será garantido o emprego, protegido contra a demissão imotivada, desde que não se fundar em contrato a termo, falta grave ou justa causa".

A Comissão de Sistematização decidiu também que os trabalhadores terão horas extras pagas em dobro; aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, direitos iguais no que se refere a salários, e que a admissão não poderá se fundar em critérios de sexo, cor e estado civil.

Mulheres se vêm decepcionadas

A deputada Beth Azize (PSB-AM) está bastante preocupada com os rumos tomados pela Assembleia Nacional Constituinte, no que se refere às votações de interesse dos trabalhadores. A líder do PSB na Câmara, disse ontem que, apesar de alguns avanços conquistados, muitas das aspirações trabalhistas, como o pagamento em dobro das

férias e a carga horária de 40 horas, não conseguiram ser aprovadas.

Para a deputada amazonense, a maior preocupação do momento refere-se à votação da aposentadoria para as mulheres. Beth Azize disse que as forças conservadoras estão se mobilizando para impedir que as

mulheres consigam essa conquista de 25 anos para sua aposentadoria, e 30 anos para o homem. Disse ainda que a mulher vem sendo penalizada e é preciso uma grande mobilização feminina até o momento da apreciação do tema na Sistematização (deve acontecer terça-feira) no sentido de conseguir a aprovação da medida. Beth acha que a mulher, apesar de muitas conquistas nas suas relações domésticas, ainda cumpre uma dupla jornada de trabalho e que a sua aposentadoria em menor tempo que o homem é um reconhecimento desse fato. Beth não acredita que defender a medida seja fugir à luta pelos direitos da mulher e sua participação igualitária no mercado de trabalho. Ao contrário, diz Azize que as oportunidades de trabalho e os salários devem ser iguais tanto para os homens como para elas. Só que a mulher ainda tem a responsabilidade pela casa e pelos filhos, daí a solicitação de aposentadoria aos 25 anos de trabalho.



Beth (D) com a deputada Moema São Thiago: preocupação

A Comissão de Sistematização aprovou ontem, em pouco mais de uma hora, um dos pontos do substitutivo que prometia gerar grandes polémicas: o direito de greve. De acordo com o texto aprovado, exatamente o do substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB/AM), a greve é livre, mas vedada aos patrões, "competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e o âmbito de interesses que deverão por meio dela defender". Os sindicatos ficarão responsáveis pela manutenção dos serviços indispensáveis à comunidade. A Comissão votou ontem os últimos artigos que regulam os direitos sociais.

A rápida aprovação do texto deveu-se a um acordo firmado entre os líderes de todos os partidos, menos o PDT. Encaminhado ao presidente da sessão, senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), o requerimento de retirada dos 28 destaques solicitados ao artigo 10 e seu parágrafo 1º foi submetido ao plenário, que o aprovou. Os constituintes passaram, então, a votar os destaques referentes

ao parágrafo 2º - todos pedindo a sua supressão. Apenas o do deputado Luis Ignácio Lula da Silva (PT-SP) foi apreciado — e rejeitado —, prejudicando os demais.

Dessa forma, foi mantido o parágrafo, que determina que "os abusos cometidos sujeitam seus responsáveis às penas da lei". O deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP), ao defender a emenda de Lula, disse que tal dispositivo "abre caminho para uma lei de greve que introduza restrições que a Constituinte não quis definir". Também o deputado Jorge Hage (PMDB-BA) defendeu a emenda, afirmando ser o parágrafo 2º "inócuo, descabido, desnecessário e limitador". O deputado Gerson Peres (PDS-PA), porém, criticou a idéia, defendendo a manutenção do dispositivo.

O relator da Comissão de Sistematização, que acolheu o texto do substitutivo na proposta aprovada pela Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, rebateu as críticas de Jorge Hage e Plínio Arruda Sampaio.

Bernardo Cabral garantiu que o texto servirá para reprimir abusos não só do grevista, mas também de quem quiser coibir a greve. Colocado em votação, o destaque foi rejeitado por 63 votos contra 23.

PROTESTO

A retirada dos destaques relativos ao artigo, através de acordo, gerou o protesto do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ). "É um precedente que não podemos admitir", disse ele, garantindo não ter uma emenda sequer retirada contra sua vontade. O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) também protestou. "Não pode a Mesa, não podem as lideranças, ninguém pode retirar os destaques em nome dos seus autores", disse. Mas o presidente, senador Fernando Henrique Cardoso, explicou que ao ser posto em votação o requerimento dos líderes, se algum constituinte desejasse ver seu destaque mantido, deveria ter se pronunciado.

Vagas para maiores de 45 anos

As empresas com mais de 50 empregados serão obrigadas a reservar pelo menos dez por cento do seu quadro efetivo para contratação de pessoas maiores de 45 anos de idade. Este dispositivo foi aprovado ontem, durante sessão matutina da Comissão de Sistematização, de maneira surpreendente. Ao ser proposto pelo deputado José Lins (PFL-CE), todo o plenário dava como certa a retirada do destaque. Mas Lins insistiu: foi à tribuna, de-

fendeu sua idéia e recebeu o apoio do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ). Não houve um constituinte sequer para falar contra. Colocada em votação, a proposta terminou aprovada por 47 votos contra 37 ou seja, o mínimo exigido para incluir qualquer modificação no substitutivo do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Foi uma votação disputada, que começou pelos parlamen-

tares do PMDB — bastante divididos —, passou pelos do PFL — majoritariamente favoráveis — pelos do PDS — quase unanimemente contrários — e pelos dos demais partidos, que ora diziam sim, ora diziam não ao destaque. A deputada Beth Azize (PSB-AM) definiu a aprovação: ela era a última parlamentar da lista de votação e, ao ser chamada, votou "sim", aprovando a emenda. Azize recebeu uma salva de palmas.

Operário também dirigirá Sesi

A participação de empregados e empregadores nas decisões de todos os órgãos onde seus interesses profissionais e previdenciários sejam discutidos ou deliberados foi assegurada ontem, durante sessão matutina da Comissão de Sistematização, através de emenda popular defendida pelo senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ). Com esse dispositivo, considerado amplo demais pela esquerda, os empregadores poderão, por exemplo, participar da administração de entidades como Sesi, Senai, Sesc e Senac.

A esquerda preferia ter aprovado outra emenda, de autoria do deputado Floriceno Paixão (PDT-RS), que assegurava a participação "tripartite de Go-

verno, trabalhadores e empregados" nas entidades de orientação, de formação profissional, cultural, recreativa e de assistência social dirigidas aos trabalhadores. Apesar de defendida pelos deputados José Genoíno (PT-SP) e Nelson Fiedrich (PMDB-PR), a idéia ficou prejudicada, pois recebeu 45 votos contra, 25 a favor e uma abstenção. Havia outras alternativas que interessavam mais à esquerda, mas diante da impossibilidade de aprová-las, os deputados fecharam com a emenda defendida por Nelson Carneiro, que, segundo o deputado Luis Ignácio Lula da Silva (PT-SP), "será a abertura para conseguirmos a participação tripartite".

Mas nem todos os deputados

da esquerda concordaram. A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) afirmou, ao se pronunciar contra a emenda, que "provavelmente a maior soma de dinheiro de lobby esteja sendo despejada na questão do Sesi, Sesc, Senai e Senac". Segundo ela, o orçamento dessas entidades é maior que o de muitos estados brasileiros e, em parte, é desviado para os empresários. Lula denunciou que durante sete meses os empresários fizeram campanha contra os constituintes, dizendo que "nós queríamos acabar com essas quatro entidades". Para o deputado petista, o motivo dessa campanha foi claro: este ano vão ser arrecadados 25 bilhões de cruzados pelo Sesi, Sesc, Senai e Senac.

OS ÚLTIMOS ARTIGOS DOS DIREITOS SOCIAIS

COMO ERAM

Art. 9º — É livre a associação profissional ou sindical (texto aprovado no dia 15).

§ 9º — Os aposentados terão direito a votar e ser votados nas organizações sindicais.

Art. 10 — É livre a greve, vedada a iniciativa patronal, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e o âmbito de interesses que deverão por meio dela defender.

§ 1º — Na hipótese de greve, serão adotadas providências pelas entidades sindicais que garantam a manutenção dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

§ 2º — Os abusos cometidos sujeitam seus responsáveis às penas da lei.

COMO FICARAM

Parágrafo 8º do art. 10º (nono do substitutivo) — Os aposentados terão direito a votar e a ser votados nas organizações sindicais.

Artigo II — É livre a greve, vedada a iniciativa patronal, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade e o âmbito de interesses que deverão por meio dela defender.

Parágrafo 1º — Na hipótese de greve, serão adotadas providências pelas entidades sindicais que garantam a manutenção dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Parágrafo 2º — Os abusos cometidos sujeitam seus responsáveis às penas da lei.

Art. 12 — É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores em todos os órgãos onde seus interesses profissionais e previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação. (novo)

Artigo 13 — As empresas de mais de 50 empregados são obrigadas a manter em seu quadro de pessoal efetivo pelo menos 10 por cento de pessoas maiores de 45 anos de idade. (novo).